

Entidades protocolam pedido de *impeachment* de Doria. Documento aponta crimes contra o funcionalismo e a população

Assinado por 27 entidades representativas do funcionalismo paulista e apoiado por dezenas de outras, foi protocolado no dia 10/11, na Assembleia Legislativa de São Paulo, um pedido de *impeachment* do governador João Doria. Ele é acusado de crime de responsabilidade, por atos considerados inconstitucionais contra os direitos dos funcionários e os serviços públicos prestados à população.

Entre as entidades signatárias, estão a Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp) e Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), que integram o Fórum das Seis. O documento também leva a assinatura do deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL).

Previdência, serviços públicos e educação

Com 65 páginas, o documento (*veja íntegra em* http://adunicamp.org.br/novosite/wp-content/uploads/2020/11/IMPEACHMENT_GOVERNADOR_JOAO_DORIA_OFICIAL.pdf) com o pedido de *impeachment* traz uma bem fundamentada avaliação do poderio econômico do estado de São Paulo, detentor do maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, para mostrar a fragilidade do argumento de falta de recursos, usado por Doria, para justificar cortes de direitos, aumento de alíquotas previdenciárias, extinção de órgãos públicos e outros.

As bases do pedido de *impeachment* são três iniciativas do governo Doria em 2020:

■ **Decreto 65.021:** Publicado pouco depois da aprovação da reforma da Previdência do funcionalismo paulista, que já havia aumentado as alíquotas de contribuição, o decreto estabeleceu uma sobretaxação dos aposentados e pensionistas, aumentando a cobrança das aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo nacional (*veja matéria na página seguinte deste boletim*), bem como instituir a cobrança de aposentados e pensionistas com doenças incapacitantes (até então, isentos de cobrança). O pedido das entidades aponta a ausência de cálculo atuarial que comprove o “déficit” da São Paulo Previdência (SPPRev), apontado como razão para o confisco dos proventos e pensões. O texto lembra também que “a cobrança da contribuição previdenciária do aposentado

e pensionista já é indevida (nenhum país do mundo cobra), pois já lastrearam financeiramente o pagamento na ativa, afetando o caráter alimentar dos proventos e pensões.”

■ **PL 529:** Motivo de muitas manifestações do funcionalismo e suas entidades representativas, o projeto de Doria gerou um impasse entre os deputados na Alesp, mas acabou sendo aprovado, transformando-se na Lei 17.293/2020. A pressão fez o governo recuar parcialmente, deixando de lado o confisco de recursos das universidades e da Fapesp, bem como o fechamento de quatro dos órgãos públicos ameaçados (Fundação para o Remédio Popular – FURP, Fundação Oncocentro – FOSP, Fundação Instituto de Terras – Itesp e Instituto de Medicina Social e de Criminologia – Imesc). Mas outros (Fundação Parque Zoológico, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, Superintendência de Controle de Endemias – Sucen, Instituto Florestal e Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – Daesp), importantes para a população, não escaparam do desmonte. O documento que pede o *impeachment* de Doria também aponta a inconstitucionalidade do aumento das alíquotas do IAMSPE.



■ **Educação:** Em relação aos atos inconstitucionais praticados pelo governador Doria contra a educação pública, são citados a nomeação sem concurso público de diretores de escolas do Programa de Ensino Integral (PEI) e de supervisores de ensino. No caso destes últimos, o documento aponta a existência de 1.945 profissionais já aprovados em concurso público e à espera de uma vaga.

Outra medida apontada como inconstitucional, que afeta servidores das várias categorias do funcionalismo, é o valor utilizado pelo governo para estipular o pagamento do quádruplo da Requisição de Pequeno Valor (RPV), o que desrespeita decisão da instância maior do Poder Judiciário. De acordo com a Emenda Constitucional 99, de 2017, o cálculo para o pagamento deve ter como base, em São Paulo, o valor vigente na data do trânsito em julgado, de R\$ 30.119,20. Porém, o governo tem utilizado como base o valor de R\$ 11.678,90.

Reforma da Previdência de Doria

Cresce a luta contra taxaço extra sobre aposentados e pensionistas

Não satisfeito com o aumento geral das alíquotas de contribuição impostas com a reforma da Previdência paulista, aprovada em março deste ano, o governo Doria ainda lançou mão de uma outra manobra para sobretaxar os aposentados e pensionistas.

Por meio do Decreto 65.021, de 19/6/2020, estabeleceu que a contribuição previdenciária dos atuais aposentados e pensionistas estatutários não mais incida sobre o valor da parcela dos proventos que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (como estabelece a regra até então vigente), mas sim sobre o montante dos proventos de aposentadorias e de pensões que supere um salário mínimo nacional, incidindo por faixa salarial. O detalhe é que o decreto foi adotado sem nenhuma comprovação de “déficit atuarial”, como prevê o Decreto 65.021.

Como ficou com o Decreto 65.021		
	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA
FAIXA 1	Até R\$ 1.045,00 (salário mínimo)	Isento
FAIXA 2	De R\$ 1.045,01 a R\$ 3.000,00	12%
FAIXA 3	De R\$ 3.000,01 a R\$ 6.101,06	14%
FAIXA 4	Acima de R\$ 6.101,06 (teto INSS)	16%

A medida gerou indignação e alguns deputados somaram-se à luta dos aposentados e pensionistas, propondo projetos para sustar os efeitos do decreto. Estão tramitando na Assembleia Legislativa quatro projetos de decreto legislativo (PDL) com este objetivo:

- PDL 22/2020, do deputado Carlos Giannazi (PSOL)
- PDL 23/2020, da deputada Delegada Graciela (PL)
- PDL 24/2020, do deputado Campos Machado (PTB)
- PDL 39/2020, da deputada Professora Bebel (PT).

Os projetos estão em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e devem ser apreciados conjuntamente pelo relator, deputado Gilmaci Santos (Republicanos).

Campanha de e-mails

O Fórum das Seis conclama os servidores (ativos, aposentados e pensionistas) a enviarem e-mails aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, exortando-os a aprovarem parecer favorável ao conteúdo dos PDLs que pedem o cancelamento do decreto que sobretaxou os aposentados e pensionistas. São eles:

- Mauro Bragato (PSDB) - Presidente - mbragato@al.sp.gov.br
- Tenente Nascimento (PSL) - tenentenascimento@al.sp.gov.br
- Gilmaci Santos (Republicanos) - Relator dos PDLs - gilmacisantos@al.sp.gov.br
- Janaina Paschoal (PSL) - janainapaschoal@al.sp.gov.br
- Emidio de Souza (PT) - emidio@al.sp.gov.br
- Carlos Cezar (PSB) - carloscezar@al.sp.gov.br
- Carlão Pignatari (PSDB) - carlaopignatari@al.sp.gov.br
- Daniel Soares (DEM) - danielsoares@al.sp.gov.br
- Thiago Auricchio (PL) - thiagoauricchio@al.sp.gov.br
- Heni Ozi Cukier (Novo) - heniozicukier@al.sp.gov.br
- Alex de Madureira (PSD) - alexdemadureira@al.sp.gov.br
- Roque Barbieri (PTB) - rbarbieri@al.sp.gov.br
- Marina Helou (Rede) - mandato@marinahelou.com.br

Audiência pública aprovou ofício à SPPrev. Documento tem assinatura do Fórum das Seis

As entidades que fazem parte do Fórum das Seis participaram de uma audiência pública virtual, transmitida ao vivo pela TV Alesp, no dia 11/11 para debater a situação dos aposentados e pensionistas do serviço público paulista. Conduzida pela deputada Professora Bebel (PT), que assina um dos projetos de decreto legislativo que questiona os efeitos do Decreto 65.021/2020 (veja matéria acima), a atividade contou com centenas de participantes.

O principal ponto discutido foi a sobretaxação imposta sobre as aposentadorias e pensões dos servidores após a edição do decreto. O desconto adicional é feito com base na reforma da Previdência aprovada em março deste ano na Alesp, que estabeleceu a possibilidade da cobrança extra quando houver “déficit no regime próprio de previdência do estado”. Como o governo não divulgou

nenhum estudo atuarial para comprovar o alegado déficit, os participantes da audiência pública decidiram encaminhar ofício à São Paulo Previdência (SPPRev) para exigir informações técnicas sobre a situação. Representando as entidades das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, o Fórum das Seis é um dos signatários do documento.

A audiência também aprovou:

- * Criar o “Fórum Estadual contra o confisco dos aposentados e pensionistas e devolução dos valores descontados”;
- * Realizar manifestação em frente à SPPRev, em data a ser definida;
- * Realizar “Encontro estadual de servidores aposentados e pensionistas”, em data a ser definida.

LOA 2021: Emendas do Fórum foram protocoladas por vários deputados

Entre na pressão por mais recursos às universidades e ao Centro Paula Souza, e contra o corte de verbas para a Fapesp. Ainda sob impacto da pandemia, cenário do próximo ano exigirá mais recursos para garantir segurança sanitária às unidades

O projeto de lei (PL) 627/2020, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2021, conta com 15.160 emendas apresentadas pelos deputados estaduais paulistas. O PL foi enviado pelo governador João Dória à Assembleia Legislativa (Alesp) em 2/10/2020. Além de traduzir em valores (R\$) os índices aprovados para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas, desde que apontadas as fontes dos recursos.

Entre esse gigantesco contingente de emendas, há algumas que têm como destino as universidades estaduais, as ETECs e FATECs do Centro Paula Souza e a Fapesp. Várias foram protocoladas a pedido do Fórum das Seis, como você verá a seguir. No caso da Fapesp, as emendas visam evitar o confisco de recursos para o órgão, previsto no PL 627.

O cenário do próximo ano, ainda em meio aos efeitos da pandemia de Covid-19, exigirá uma nova estruturação nos *campi* das universidades e nas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza, com turmas menores, insumos preventivos, equipe adequada de limpeza, entre outros. E isso exige mais recursos.

Fórum fez levantamento sobre renúncia fiscal

Para estruturar suas propostas de emendas, o Fórum das Seis fez um estudo no PL 627, com destaque para os números da renúncia fiscal, ou seja, a isenção de impostos para determinadas empresas e setores de atividade econômica. Para o próximo ano, a renúncia de ICMS prevista é de R\$ 15,180 bilhões (10,1%). É dinheiro que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de interesse da população. Por um lado, os critérios para a concessão destas isenções são obscuros, assim como os resultados que trariam à sociedade, sempre justificados pela “competição” com outros estados ou apontados genericamente como impulsionadores de mais empregos. Por outro, alegando sigilo fiscal, o governo não identifica os maiores beneficiários.

Devido à renúncia fiscal, as universidades estaduais paulistas deixarão de receber R\$ 1,089 bilhão no ano que vem.

A conta é a seguinte: Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação total do ICMS, que é de 75%; os outros 25% vão para os municípios.

Portanto, o estado deixará de arrecadar R\$ 11,385 bi por conta da renúncia fiscal em 2021 (75% do total). Se calcularmos 9,57% sobre esse valor, chegamos ao prejuízo de R\$ 1,089 bi para as universidades, assim distribuídos, de acordo com o percentual que cada uma recebe:

USP: 0,050295 X 11,385 bilhões = R\$ 572,608 milhões

Unesp: 0,023447 X 11,385 bilhões = R\$ 266,944 milhões

Unicamp: 0,021958 X 11,385 bilhões = R\$ 249,991 milhões

A proposta do Fórum das Seis é que este valor (da renúncia de ICMS) seja compensado na base de cálculo do repasse às universidades e, para tanto, propõe que seja restituído às universidades por meio de emendas na LOA 2021.

Sobre a insuficiência financeira

Além de apresentar proposta de emenda para compensar o prejuízo causado pela renúncia fiscal, o Fórum das Seis também elaborou emendas que pleiteiam o repasse às universidades estaduais paulistas dos recursos necessários ao pagamento da insuficiência financeira efetivamente realizada no ano de 2021.

A chamada insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, de 1/6/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – tem sido custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na própria lei, que estabelece que “o estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Sobre o Centro Paula Souza

Também há emendas solicitando mais recursos para as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza (Ceeteps), entre elas

a que pede a destinação de recursos para assegurar a implantação inicial de um plano de saúde institucional, conforme aprovado na LC 1.240/2014, para os 20.000 trabalhadores da autarquia.





Sobre o corte na Fapesp

Na LOA 2021 está previsto um corte de 30% dos recursos constitucionais para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que tem direito ao repasse anual de 1% do total das receitas tributárias do estado. Com isso, o valor inicial estimado (R\$ 1.515.617.880,00) teria um abatimento de R\$ 454.685.364,00.

Para fazer o corte na Fapesp, Doria utiliza-se da desvinculação das receitas do estado e dos municípios (DREM), possibilitada pela Emenda Constitucional (EC) 93/2016, aprovada pelo Congresso Nacional. Certamente, as universidades ficaram fora desta investida devido à vedação explícita da aplicação da DREM às verbas da saúde e educação.

No estudo do Fórum, há propostas de emendas suprimindo esse confisco de recursos da Fapesp no orçamento do estado em 2021.

Mande mensagens aos deputados

Os estudos realizados pelo Fórum das Seis foram enviados a todos os deputados (e de todos os partidos) que atuam na Alesp. Posteriormente, solicitou a eles que informassem se e quais emendas haviam protocolado, para que a comunidade acadêmica tenha conhecimento.

Deram retorno os deputados Carlos Giannazi (PSOL), Professora Bebel (PT), Delegado Bruno Lima (PSL) e Valéria Bolsonaro (PSL). As emendas de interesse das universidades, Ceeteps e Fapesp protocoladas por eles podem ser conferidas em arquivo anexo a este boletim.

Mande e-mails aos deputados (*arquivo anexo com os endereços*), por exemplo com este conteúdo:

Assunto: Aprove as emendas da educação

No corpo do e-mail: Pedimos que aprove as emendas que preveem mais recursos para a educação pública, as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza, bem como as que evitam o corte de verbas para a Fapesp. A população paulista agradece!

Reforma administrativa, defesa dos serviços públicos e do funcionalismo

PEC 32 é nova e decisiva etapa da reforma do Estado, aponta assessor sindical

“Muito tem sido dito sobre a reforma administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro. Uma das coisas que mais chama atenção é que a reforma vai tirar direitos dos servidores, o que é real, inclusive a estabilidade, que impede alguém com poder de obrigar um servidor estável a fazer algo irregular, muitas vezes até ilegal. Mas, o que significa essa reforma, chamada de administrativa, para a população, para o país?”

O questionamento é feito por Vladimir Nepomuceno, assessor e consultor de entidades sindicais e sócio da Insight Assessoria Parlamentar. Convidado pela Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis, ele falou no dia 9/11 sobre a PEC 32/2020, a reforma administrativa enviada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional.

Nepomuceno procurou desmistificar pontos importantes da proposta, como a ideia de que somente os novos servidores serão atingidos. Os atuais também serão prejudicados, inclusive os aposentados, que perderão a paridade após a extinção de cargos.



“Se for aprovado esse pacote de propostas, serão alteradas a Constituição e muitas leis hoje em vigor. Além disso seriam criadas outras leis, decretos, portarias e todo tipo de normas nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal. Todas essas alterações têm um único objetivo, que é retirar a obrigação e a responsabilidade do poder público em atender muitas das necessidades da população. Quando muito, o Estado atuaria apenas em algumas situações e, mesmo assim, de forma subsidiária, complementar, assessória, assumindo apenas quando a iniciativa privada não tiver interesse, ou não der conta.”

Nepomuceno dedica-se a pesquisar e a escrever sobre o tema, sendo autor de um vasto número de artigos e protagonista em várias exposições e debates.

A íntegra da exposição, bastante reveladora sobre o tema, pode ser acompanhada no Youtube, em

<https://youtu.be/ECg0ycy6NgE>

Para ler outros artigos sobre a reforma administrativa, acesse seu blog em

<http://vladimirnepomuceno.com.br/>

Nepomuceno, durante a exposição na reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

Todas as vidas importam

Greve sanitária na USP recebe amplo apoio. Fórum das Seis exorta negociação

Após infrutíferas tentativas de negociar com a reitoria da USP os termos do plano de retorno às atividades presenciais, a categoria dos servidores técnico-administrativos da instituição aprovou, em assembleia geral virtual, a deflagração de uma greve sanitária a partir de 9/11.

Embora as aulas presenciais não voltem antes de 2021, a reitoria da USP determinou o retorno compulsório presencial para a maior parte dos técnico-administrativos, em regime de escala, sequer garantindo às unidades a prerrogativa de discutir e determinar suas necessidades específicas. Discriminatório, uma vez que preserva em trabalho e estudo remoto os docentes e os estudantes, o plano concentra sérios riscos aos servidores técnico-administrativos, impondo-lhes o retorno num momento em que a pandemia de Covid-19 se mantém em altíssimos patamares no Brasil, com mais de 5,7 milhões de casos e quase 163 mil mortos. Na Europa e nos Estados Unidos, a segunda onda da doença chega de modo avassalador e ameaça se tornar incontrolável.

A greve vem recebendo apoio de dezenas de entidades sindicais e estudantis, movimentos sociais de todo o país, bem como de instâncias acadêmicas da USP. É o caso das congregações da Faculdade de Saúde Pública (FSP), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Faculdade de Educação (FE), além de departamentos e grupos de pesquisa da USP, como destaca matéria no site da Adusp (<https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3914-plan-usp>).

Frente Paulista divulgou apoio

Reativada para combater o PL 529/2020, do governo Doria, a Frente Paulista em Defesa do Serviço Público, da qual fazem parte as entidades do Fórum das Seis, continua

ativa. Em suas reuniões semanais, está em pauta a reação do funcionalismo a vários outros ataques (*veja matérias neste boletim*) e, também, o apoio às lutas das categorias. Em documento assinado por cerca de 80 entidades, a Frente manifesta apoio à greve sanitária da USP.

Fórum das Seis reivindica negociação

Em sua moção de apoio à greve sanitária dos trabalhadores da USP, o Fórum enfatiza que “a greve sanitária não implica em paralisação do trabalho, mas sim em não comparecimento em atividades presenciais que não sejam essenciais, ao mesmo tempo que indica a continuidade da realização dos serviços não essenciais em forma remota, como já vem ocorrendo”. Lembrando que “as vidas dos trabalhadores e de seus familiares importam”, o Fórum conclama a reitoria da USP a dialogar com o sindicato representativo da categoria, o Sintusp.

Ofício ao Cruesp

O Fórum das Seis enviou ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para reivindicar o agendamento de reunião entre as partes. O objetivo é discutir a situação dos trabalhadores frente aos planos de retorno, em especial na USP, bem como o planejamento das atividades em 2021 frente às incertezas que cercam a pandemia.

Em tempo: No fechamento deste boletim, na manhã de 17/11, tivemos a informação que a Reitoria da USP comunicou, frente ao anúncio do governo estadual de aumento no número de internações, a suspensão do caráter compulsório do retorno.

Fórum repudia perseguição na Unesp de Marília

Tendo tomado conhecimento de uma sindicância administrativa contra o presidente da subseção da Adunesp no campus de Marília, o Fórum das Seis pronunciou-se sobre o fato. Acompanhe a íntegra da moção, que explica os fatos e conclama a direção da unidade a cancelar a medida:

“Pela extinção da sindicância administrativa contra o presidente da subseção da Adunesp em Marília

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) –, reunido nesta data, manifesta repúdio à perseguição imposta a Henrique Tahan Novaes, docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Unesp de Marília, e presidente da subseção da Adunesp no campus.

Nos estertores de sua gestão, que se encerra em 12/11/2020, o diretor do campus, professor Marcelo Navega, abriu um processo de sindicância administrativa injustificável contra o dirigente da entidade sindical, que se explica apenas

pela intenção de estabelecer um processo de perseguição política contra o docente.

A alegação é que o presidente da Adunesp local, enquanto membro da Comissão Eleitoral que acompanhava a sucessão para o cargo de diretor da unidade, manifestou opinião dentro do grupo de WhatsApp de um coletivo de pesquisa do qual faz parte, portanto, uma instância privada de comunicação entre seus membros. Ressalte-se que inexistente regramento do funcionalismo público, ou mesmo interno à Unesp, que proíba o servidor de expressar suas opiniões em relação a qualquer processo eleitoral, ainda mais em canais privativos de comunicação.

O Fórum das Seis conclama a direção eleita para a diretoria da Unesp de Marília a anular a referida sindicância e impedir que os seus efeitos turvem a história da comunidade acadêmica do campus, marcada pela defesa da democracia na universidade pública e no país.

São Paulo, 11 de novembro de 2020.
Fórum das Seis”